

SUMÁRIO:

Editorial	1
<i>José Manuel Pureza</i>	
Teoria da P@X	2/4
Entrevista com David Sogge “Falar de segurança humana ajuda a contextualizar relações de poder” <i>José Manuel Pureza</i>	
Observatório das P@xes	5/6
Estudos sobre a P@X	
“Segurança humana: um conceito válido ainda?” 7/8 <i>Karlos Pérez Armíño</i>	
“Conceitos e políticas de segurança humana: uma leitura crítica” 9/10 <i>Eunice Castro Seixas</i>	
“Guiné Bissau: é suficiente reformar a segurança?” 11/13 <i>Sílvia Roque</i>	
No sôtão do NEP	14/18
Publicações Actividades Projectos	

P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:
José Manuel Pureza

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos, Sofia Santos e Katia Cardoso

Núcleo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais da Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>
nep@ces.uc.pt

Editorial

Segurança de quem? Esta pergunta revolucionou os estudos sobre segurança a partir da década de 90 e veio abalar as velhas construções que faziam equivaler segurança à defesa político-militar das fronteiras dos Estados e da sua soberania territorial. Essa visão estatocêntrica foi então duramente denunciada como abrigo de perversões intoleráveis, designadamente o apagamento das inseguranças de altíssima intensidade experimentadas pelos indivíduos e pelos povos às mãos de Estados opressores e genocidas. De algum modo, o conceito de segurança humana, explorado neste número do P@x, exprime neste terreno uma viragem idêntica àquela que se traduziu na erosão provocada na tradicional blindagem das soberanias



pela tematização dos direitos humanos como assunto da agenda internacional.

Já se escreveu que a segurança humana é como o desenvolvimento sustentável: todos se referem a ela mas ninguém sabe exactamente o que é. Esse amplíssimo consenso é efectivamente muito mais retórico do que político e muito mais instrumental do que real. Como afirma David Sogge em entrevista publicada neste número, “o discurso da segurança humana tem ajudado as elites políticas ocidentais, nomeadamente nos domínios militar, diplomático e de cooperação, a reaver

legitimidade em fóruns domésticos e internacionais, a conseguir acordos de benefício mútuo e a expandir os seus orçamentos.” Quer dizer, a ambição de trazer para as prioridades da segurança o combate ao medo e à privação não se materializou em alterações substantivas das relações de poder internacionais e tem servido fundamentalmente como suporte (mais um) para a disciplina da periferia turbulenta pelo centro inquieto. O presente colonial tem muitos rostos e este pode bem ser um deles. Pelo meio ficam as transformações exigidas para que se cumpra o propósito político essencial anunciado por esta expressão sedutora. E, como vingança da História, a pergunta regressa, agora em nova versão: segurança humana de quem?

Teoria da P@X

Entrevista com David Sogge, realizada por José Manuel Pureza

“Falar de segurança humana ajuda a contextualizar relações de poder”

JMP - Há um consenso generalizado acerca da ideia de que a segurança humana operou uma pequena revolução no meio académico. E em relação a políticas públicas concretas? No que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento, qual tem sido o impacto concreto da assumpção da segurança humana como objectivo norteador destas políticas?

DS - A segurança humana mereceu muita atenção enquanto forma de abordagem de problemas e políticas. São feitas várias avaliações acerca do seu impacto. É dito que contribuiu para a promoção de tratados de erradicação das minas terrestres e para o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional. Tem sido sugerido que inspirou activismos ao nível internacional que ajudaram a reduzir o número de guerras civis. Estas reivindicações podem não ser completamente falsas, mas a verdade é que me parecem exageradas. Fazem-me lembrar o romance angolano *O Vendedor de Passados*, sobre um contador de estórias muito inteligente, que escrevia biografias fictícias e genealogias que enalteciam os seus clientes.

Apesar de ser verdade que os volumes da ajuda destinados a países como o Paquistão, o Sudão e o Congo (e, claro, o Iraque e o Afeganistão) têm crescido exponencialmente nos últimos anos, trata-se sobretudo de fenómenos impulsionados por momentos de crise. Há poucos sinais de que estes, ou episódios similares, tenham sido norteados por políticas concretas, quanto menos por políticas baseadas e orientadas pela segurança humana.

Até ao momento, os principais efeitos deste paradigma têm sido de teor institucional, promovendo coligações de políticas. O discurso da segurança humana tem ajudado

as elites políticas ocidentais, nomeadamente nos domínios militar, diplomático e de cooperação, a resgatar legitimidade em fóruns domésticos e internacionais, a forjar pactos de benefício mútuo e a expandir os seus orçamentos.

JMP - Como medir a segurança humana? Que tipo de indicadores são mais adequados?

DS - Alguns dos melhores indicadores podem ser seleccionados simplesmente através da consulta das pessoas sobre o que consideram mais importante. É óbvio que as opiniões locais e subjectivas não são sempre fiáveis. Provavelmente as pessoas que residiam nas zonas costeiras asiáticas na manhã de 26 de Dezembro de 2004, antes da chegada do tsunami, consideravam-se seguras. Contudo, muitas vezes podem ser encontrados indicadores relevantes simplesmente pelo contacto próximo com o terreno. Os guardiães oficiais da segurança podem ser fontes erróneas e ou incompletas. Dados oficiais sobre a criminalidade geralmente reflectem as prioridades actuais dos políticos e das forças policiais, enquanto que os inquéritos de vitimização permitem uma visão mais realista das inseguranças. Actualmente, a grande indústria dos indicadores tem chamado à atenção para alguns aspectos importantes. Mas não será a nossa submersão neste tipo de dados, que descrevem essencialmente os pobres e os inseguros, um obstáculo para a compreensão do fenómeno? A indústria dos indicadores produz muito pouco acerca das relações estruturais que continuam a reproduzir a pobreza e a insegurança. Por exemplo, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) não existe nada sobre desigualdade, seja vertical ou horizontal (entre grupos culturais, étnicos

Teoria da P@X

ou regionais) ou sobre os ‘vencedores’ e ‘perdedores’ do nosso tempo.

Os ODM e outros enquadramentos semelhantes não nos dizem nada acerca de mecanismos domésticos e internacionais de redistribuição de rendimentos e outros recursos. Visões subjectivas, nomeadamente sentimentos colectivos de humilhação, são o combustível material dos conflitos e das inseguranças em muitos contextos, todavia pouco trabalho tem sido feito para enquadrá-las e considerá-las.

JMP - A segurança humana está a servir de base, em termos concretos, para a capacitação das comunidades locais no sul global? Essas comunidades são ouvidas na identificação das suas reivindicações em termos de segurança humana? Ou trata-se de um processo essencialmente definido de forma exógena?

DS - Centenas de estudos e testemunhos têm reivindicado promover a “participação” e “apropriação” em todo o tipo de programas e políticas, especialmente aqueles mais relevantes para a segurança humana. Mas estas afirmações raramente são verdadeiras. A capacitação, seguramente ao nível local, não se tem verificado. São os actores externos poderosos ou as suas delegações locais que continuam a tomar as decisões e de forma incorrecta. Atribuíram-lhes apenas novas designações e uma roupagem aparentemente ‘participativa’, mas continuam a servir as mesmas fórmulas políticas, as mesmas do Consenso de Washington que contribuíram para o enfraquecimento dos serviços públicos, da ordem pública e da legitimidade das políticas públicas.

Por exemplo, as Estratégias de Redução da Pobreza (ERP) – uma das bandeiras do novo estilo da indústria do desenvolvimento, sensível às necessidades locais - quase nunca dão resposta à questão do emprego digno. Contudo, os processos “participativos” usados para formular

ERP surpreendentemente nunca detectaram aquilo que inquiridos de opinião conduzidos em África e na América Latina ao longo dos últimos anos revelaram como uma das suas grandes prioridades – o emprego. De forma semelhante, estudos sobre a reforma do sector de segurança – uma oportunidade excelente para estreitar o fosso entre a polícia e os cidadãos e para melhorar o cumprimento dos direitos humanos – demonstram que a voz dos cidadãos tem sido frequentemente negligenciada. Em vez disto, novos actores, como as empresas de segurança privada – a preferência de muitos interesses ocidentais – estão a ganhar cada vez mais destaque.

JMP - Concorda que exista um risco de perversão na utilização do conceito de segurança humana, nomeadamente trazendo para o centro das prioridades mundiais a segurança em sentido estrito? Não será esta uma forma de securitização, nos termos tradicionais, do campo da ajuda ao desenvolvimento?

A indústria da ajuda ao desenvolvimento recebeu esta ideia com entusiasmo, produzindo a partir dela uma série de novos conceitos e abordagens. Actualmente, este fenómeno de produção parece ter alcançado níveis de sobre-produção. Há agora *stocks* de ideias e abordagens que não conseguem ser vendidos e que estão a ser canalizados para ‘lojas’ de segunda-mão e indústrias de reciclagem.

Desde o seu aparecimento nos círculos onusianos há 15 anos atrás, o discurso da segurança humana tornou-se parte de uma língua comum. Ouvimos este idioma nas ruas, na boca dos membros de uma nova coligação política poderosa, incluindo a indústria da ajuda e as esferas militares. Ainda assim, está longe de gozar de supremacia. Ao invés, o seu papel é o de jogador auxiliar, paralelo a dois outros

Teoria da P@X

paradigmas que gozam de maior apoio político: os paradigmas da “segurança nacional” e da “segurança colectiva”.

JMP - Segurança humana ou direitos humanos? – parece ser esta a questão. Não acha que o uso da expressão “segurança humana” exige menos ao nível da transformação social do que a abordagem centrada nos direitos humanos?

Sim, as pressões para a transformação social serão menores, particularmente se a versão mais estreita do paradigma de segurança humana continuar a eclipsar a versão mais abrangente que integra na sua proposta todas as categorias sociais prestando atenção aos seus direitos económico-sociais (*freedom from want*). Estes, com as suas implicações redistributivas, não estão na agenda das maiores potências ocidentais. Tal pode ser visto, por exemplo, nos relatórios anuais sobre direitos humanos em países não ocidentais redigidos pelo Departamento de Estado norte-americano.

Falar de segurança humana, como falar de direitos humanos no seu sentido mais restrito, ajuda a contextualizar relações de poder. Enfatiza a prerrogativa dos poderosos para afirmar quem deve ver os seus direitos respeitados, quem deve ser perseguido e quem deve estar imune a qualquer perseguição. Se for empregue nestes termos, a conversa da segurança humana é desenhada meramente com o objectivo de estabilizar e reforçar o sistema de dominação que hoje existe – o que é algo arriscado dado que as práticas de “estabilização” conseguem despelotar muita instabilidade. É só olhar para o Afeganistão e para o Paquistão de hoje.

JMP - Com a chamada “guerra contra o terrorismo”, parece que assistimos ao regresso de conceitos e políticas tradicionais de segurança. A segurança humana perde a sua intensidade neste quadro?

DS - Seguramente. Na doutrina europeia, e agora até na doutrina militar norte-americana, estamos a testemunhar uma tendência crescente para a engenharia económico-social e de construção de nações. As novas estratégias de compromisso são hoje tanto duras quanto suaves. Há dois anos, houve um anúncio do Pentágono, que parece ter passado despercebido a muitos, de que as operações de estabilização seriam um elemento central da missão militar dos EUA que iria gozar a partir de então de um “estatuto de prioridade face as operações de combate”. No Iraque, tal traduziu-se em diferentes sub-doutrinas como, por exemplo, a estratégia de utilizar o dinheiro como arma (no original *money as a weapons system*). A administração Obama vai aplicar essas teorias de “estabilização” com muito mais intensidade em cenários como o Afeganistão. Em África, como é dito à opinião pública que a “segurança energética” e o “terrorismo” são questões em causa, o Pentágono tem assumido discretamente o comando supremo da ajuda externa norte-americana, bem como do desenho da estratégia para o desenvolvimento. Dadas estas tendências, é difícil imaginar que a segurança humana, na sua acepção mais ampla, ganhe qualquer intensidade, excepto na propaganda e para cumprir objectivos de relações públicas.

David Sogge trabalha há mais de trinta anos no campo da ajuda ao desenvolvimento. É professor convidado nas universidades de Harvard e Princeton, e investigador no Transnational Institute, em Amesterdão. Entre as suas publicações mais recentes estão "Give and Take. What's the Matter with Foreign Aid?", Zed Books, 2002 e "Selling US Wars" (com Achin Vanaik, Londres, 2007).

«os direitos económico-sociais (...) com as suas implicações redistributivas, não estão na agenda das maiores potências ocidentais »

Observatório das P@xes

Recursos sobre Segurança humana

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994), *Human Development Report*.

<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>

Acharya, Amitav (2001), "Human Security: East versus West?", *Working paper nº17, Institute of Defence and Strategic Studies Singapore*.

<http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?ots591=CAB359A3-9328-19CC-A1D2-8023E646B22C&lng=en&id=27522>

Comissão para a Segurança Humana (2003), *Human Security Now*.

<http://www.humansecuritychs.org/finalreport/index.html>

Debiel, Tobias, Werthes, Sascha (Eds.) (2006), *Human Security on Foreign policy Agendas. Changes, concepts and cases, Institute for Development and Peace*.

<http://inef.unidue.de/page/documents/Report80.pdf>

Evans, Paul M. (2004), "Human Security and East Asia: in the beginning", *Journal of East Asian Studies*, Vol.4, 263-284.

[http://www.ligi.ubc.ca/sites/liu/files/Publications/Human Security and East Asia.pdf](http://www.ligi.ubc.ca/sites/liu/files/Publications/Human%20Security%20and%20East%20Asia.pdf)

Floyd, Rita (2007), "Human Security and the Copenhagen School's Securitization Approach: conceptualizing Human Security as a Securitizing Move", *Human Security Journal*, nº5, Inverno, 38-49.

<http://www.peacecenter.sciencespo.fr/journal/issue5pdf/6.Floyd.pdf>

King, Gary, Murray, Christopher (2001), "Rethinking Human Security", *Political Science Quarterly*, vol. 116, nº 4, 585-610.

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1082914

Paris, Roland (2001), "Human Security: paradigm shift or hot air?", *International Security*, vol.26, nº2, Outono, 87-102.

[http://aix1.uottawa.ca/~rparis/Paris.2001.IS.Human %20Security.pdf](http://aix1.uottawa.ca/~rparis/Paris.2001.IS.Human%20Security.pdf)

Fazedores de P@xes

Human Security Network

Grupo composto por catorze Estados partilhando a mesma forma de conceber a Segurança humana e empenhados em promovê-la ao nível dos seus Ministros dos Negócios Estrangeiros, que se reúnem anualmente num encontro interministerial. O objectivo principal deste Grupo é estabelecer acções colectivas para a protecção dos indivíduos e chamar a atenção da comunidade internacional para problemas de desenvolvimento humano. Os seus esforços mais notórios incluem vários domínios, entre os quais a universalização da Convenção de Ottawa sobre as Minas terrestres anti-pessoais e o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional.

<http://humansecuritynetwork.org/menu-e.php>

Human Security Report Project

Projecto financiado por Estados que se dedica à investigação e à organização de *workshops*. Tem a sua maior expressão em várias publicações como o *Human Security Report*, *Human Security Brief*, boletins electrónicos ou ainda no site *The Afghanistan Conflict Monitor* com o objectivo de tornar acessíveis as suas pesquisas sobre violência política.

<http://www.hsrgroup.org>

The Human Security Gateway

Fruto da iniciativa do *Human Security Report Project*, esta base de dados *online* contém diversas fontes electrónicas e bibliográficas no intuito de tornar mais acessível e rápida a informação e investigação sobre segurança humana. Neste portal, estão disponíveis vários relatórios, artigos académicos e de imprensa, assim como as notícias mais recentes associadas ao tema da Segurança humana.

<http://www.humansecuritygateway.info>

UN Trust Fund

Este fundo de apoio das Nações Unidas financia projectos levados a cabo pelas organizações do sistema onusiano de forma a promover o impacto operacional do conceito de segurança humana através de diversos projectos. Com estes, é dada prioridade a países menos desenvolvidos e em conflito, onde a população é mais insegura.

African Human Security Initiative

Este projecto, gerido pelo *Institute for Security Studies* de Nairobi, pretende consolidar a investigação sobre questões de segurança em África a fim de auxiliar o trabalho da União Africana. Actualmente concentrado na monitorização dos sistemas de justiça penal de um grupo de países, o *site* do projecto conta igualmente com os pontos de situação dos diferentes países e algumas perspectivas teóricas.

<http://www.africanreview.org>

Canadian Consortium on Human Security

Consórcio académico que visa promover a investigação sobre Segurança humana, principalmente conduzida por doutorandos canadianos em diversos locais e zonas de conflito. Disponibiliza uma publicação *online* com as mais recentes análises temáticas e opiniões por peritos sobre segurança humana.

<http://www.humansecurity.info>

Segurança humana: um conceito válido ainda?

O conceito de segurança humana (SH) foi introduzido no início dos anos 90 como um novo paradigma centrado na segurança das pessoas em detrimento da segurança dos Estados. Apesar de a sua difusão ter sido facilitada pelo final da Guerra Fria, a formulação deste paradigma resultou da evolução, durante as décadas anteriores, no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento, com a conceptualização do desenvolvimento humano, e dos estudos da segurança, com o questionamento da visão clássica da segurança nacional, estatocêntrica e militar.

Depois da sua formulação pelo PNUD, em 1994, que interpretou a segurança humana como a condição necessária para alcançar o desenvolvimento humano (e vice-versa), o conceito foi bem recebido. Por um lado, materializava a confluência de duas disciplinas tradicionalmente separadas, a do desenvolvimento e a da segurança, algo compreensível tendo em conta que as causas de muitas guerras começaram a ser percebidas como tendo origem na pobreza e no subdesenvolvimento. Por outro lado, a segurança humana apresentava características normativas, progressistas e transformadoras. O facto de se centrar na segurança das pessoas, individual e colectivamente, e não na segurança dos Estados, pressupôs uma mudança importante de paradigma, dando prioridade aos direitos, as liberdades e o bem-estar daqueles, por oposição aos princípios clássicos das relações internacionais, tais como o interesse nacional, a segurança do Estado e as relações internacionais de poder. De acordo com esta perspectiva, a segurança humana não podia ser alcançada através da confrontação geopolítica e/ou armada, mas sim através de políticas públicas assentes num contrato social básico, mediante o qual o Estado fosse capaz de assegurar o bem-estar e os direitos humanos (incluindo os socio-económicos), e, a nível internacional, através da cooperação

multilateral e da prevenção. O pensamento sobre segurança humana cedo se fragmentou em dois focos distintos. Por um lado, a concepção abrangente, coincidente com a formulação inicial do PNUD e defendido pelo Japão, que dá prioridade à liberdade face às necessidades (*freedom from want*), isto é, a satisfação do desenvolvimento humano e de um certo nível de bem-estar (segurança económica, sanitária, alimentar, ambiental, etc.). Por outro lado, posteriormente, emergiu um foco mais estreito, apadrinhado pelo Canadá, que tende a priorizar a “liberdade face às ameaças” (*freedom from fear*), ou seja, a protecção face à violência física, principalmente em contextos de conflito armado.

Os defensores desta segunda visão argumentam que o foco abrangente inclui demasiados elementos e que por isso é impreciso e difícil de medir, e que tem pouca utilidade analítica e reivindicativa. Assim sendo, defendem a adopção de uma definição mais restrita e operativa. Contudo, vale a pena sublinhar que estas possíveis deficiências não são inerentes ao conceito de segurança humana em si: o desenho de indicadores de medição trata-se de uma dificuldade técnica superável, sendo que a sua operacionalidade depende da vontade política.

De qualquer forma, ao longo da última década, a versão mais estreita de SH tem ganho maior peso. Deste modo, se no conceito inicial de segurança humana se verificava um equilíbrio entre os dois elementos, a segurança física perante as ameaças e o desenvolvimento, com o tempo este último tem perdido terreno. Entendemos que tal supõe um certo retrocesso relativamente a um dos contributos iniciais da segurança humana, a saber, a ideia de que a segurança das pessoas não se encontra ameaçada apenas pela violência, mas também por outro tipo de ameaças, como as dirigidas à sua subsistência (como a miséria

Estudos sobre
a P@X

ou as epidemias). Igualmente, em última análise, o foco estreito da segurança humana supõe a erosão do potencial transformador da segurança humana, ao desgastar o seu vínculo com os direitos económicos, sociais e culturais, que constituem a principal justificação para as políticas públicas de bem-estar.

Além disso, como assinalam alguns autores, nos últimos anos tem vindo a constatar-se uma certa cooptação e distorção do conceito de segurança humana por parte das potências ocidentais, com o propósito de colocá-lo ao serviço das suas políticas externas. No âmbito do foco restrito, tem vindo a considerar-se que os Estados têm a “obrigação de proteger” os seus cidadãos e que o incumprimento desta premissa pode justificar uma intervenção coerciva por parte da comunidade internacional. Ainda que esta evolução teórica encerre aspectos positivos (nomeadamente a relativização da soberania e a universalização dos direitos humanos), muitos temem que a segurança humana se esteja a tornar num novo instrumento normativo de governação global ao serviço do Ocidente, visando gerir e controlar os contextos de caos e crise nos países da periferia do sistema internacional a partir de uma agenda neoliberal.

Tendo em conta os aspectos referidos anteriormente, importa perguntar se o paradigma da segurança humana permanece útil nos dias de hoje. Na minha opinião, e não obstante reconhecer as suas limitações e riscos, este conceito continua a encerrar um potencial importante, quer em termos analíticos, quer em termos de transformação social. O seu foco amplo, em particular, permite sustentar análises capazes de questionar as instituições e políticas internacionais, inspiradas no paradigma neoliberal, e apurar as suas responsabilidades no que diz respeito ao aumento das desigualdades e inseguranças humanas. Contudo, para desenvolver e

cumprir o seu potencial, é necessário aprofundar a investigação sobre os seus conteúdos teóricos e práticos, explorando, por exemplo, os seus vínculos com outras categorias analíticas (género, direitos humanos, desenvolvimento humano, etc.) a fim de precisar melhor os seus conteúdos. Neste sentido, o desenho de indicadores de medição adequados será igualmente importante, dotando este paradigma de maior credibilidade e operacionalidade.

Karlos Pérez de Armiño

Professor de Relações Internacionais da Universidade do País Basco e investigador do HEGOA-Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional.

Estudos sobre
a P@X

Conceito e políticas de Segurança humana: uma leitura crítica

Introduzida em 1994 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 1994), a perspectiva da Segurança humana (SH) parece hoje ter-se tornado numa referência normativa central nas Relações Internacionais e agenda política da governação global. No entanto, o conceito de SH permanece um conceito muito disputado académica e politicamente (cf. por ex., Paris, 2001; Prezelj, 2008; Oberleitner, 2005). E, infelizmente, nesta, como noutras questões, observa-se uma clivagem entre o debate académico e os círculos políticos, na Europa, mas também na América (Waever, 2004: 17-18).

Os proponentes da SH abrangem programas inter-governamentais de estruturas multilaterais globais (PNUD), estruturas regionais (UE), agendas de política externa de poderes médios (Canadá; Noruega, Japão, Human Security Network) e ONG internacionais. Mas também estes apresentam diferentes noções de segurança humana (veja-se por exemplo as críticas europeias à política de Bush contra o terrorismo, considerada uma distorção da SH).

Em geral, todavia, os defensores da SH realçam, como vantagens desta perspectiva: o seu foco no indivíduo, em vez do Estado; uma ética de responsabilidade para com o outro distante; a promoção de valores universais que articulam as ideias de *freedom from want* e *freedom from fear*, numa perspectiva compreensiva e multi-níveis de segurança, alegadamente mais adequada ao contexto de pós Guerra Fria e de globalização; o fomento dum cosmopolitismo global, através do multilateralismo e do direito internacional; a capacitação dos indivíduos sobre os quais as políticas de SH incidem; a participação dos actores não estatais neste processo; a construção da paz (*peace-building*) e reconciliação por meio de intervenção internacional externa, supostamente, limitada no tempo, nas situações de pós-conflito e “Estados falhados” (Oberleitner, 2005; Kaldor, 1999).

Estas são as promessas da perspectiva da SH, que, em geral, têm ficado por cumprir, em grande parte porque os problemas estão nos fundamentos da SH.

Uma das críticas apontadas à SH incide na promessa do cosmopolitismo global e passa pela desconstrução das *forces for good* dos poderes médios, imagem que mascara o lado hegemónico da SH (Rosamond e Moore, 2008). Esta surge afinal como uma *assemblage of governance*, que actua, através de dispositivos biopolíticos na esfera humanitária e nas operações de mudança de regime, *peace-building* e *state-building* nos “Estados Falhados” (Duffield, 2004; Duffield e Waddell, 2006). Estes dispositivos criam “categorias marginalizadas” (Rosamond e Moore, 2008), formas de “vida nua” (Agamben, 1995), ou de “vida não segurada” (Duffield, 2007), que, por sua vez, legitimam uma intervenção desenvolvimentalista que se pretende desvinculada do político, (entendendo este na sua associação aos direitos individuais de cidadania).

Se outra das críticas feitas à SH incide no individualismo e universalismo liberal em que esta assenta (como aliás a perspectiva dos Direitos Humanos - cf. Flores, 2006), as formas de exclusão que estas políticas têm criado, constituem-se não só pela negação de direitos das pessoas e das comunidades, que vão muito para além dos direitos individuais da acepção liberal ocidental, mas também pela negação desses mesmos direitos individuais. Nas periferias do sistema internacional, da Europa e UE (União Europeia) e dentro das fronteiras das próprias democracias ocidentais, a SH contribui para criar e reforçar estas formas de exclusão extrema.

Uma vez que, apesar das críticas e promessas não cumpridas, esta concepção de SH parece estar ainda de “boa saúde”, o que podemos fazer para que a segurança seja efectivamente mais humana e mais global? Como investigadora de ciências sociais e como profissional de saúde, posso apenas dizer que podemos ainda e sempre ser críticos. E sermos críticos implica perceber que a segurança humana não existe abstracta nem separadamente da realidade político-social em que se inscreve mas é construída, alimentada e ou contestada na interacção social pelos intervenientes neste processo, incluindo os indivíduos, objectos referentes da SH

Estudos sobre
a P@X

(Rosamond e Moore, (2008). Por isto mesmo, vale a pena sermos críticos (Smith, 2002) e fazermos um esforço para analisar o modo como, apesar de toda a sua retórica aparentemente benigna, como parte dum “Império” que se nega a si mesmo (Chandler, 2006) a noção dominante de SH pode excluir e criar vidas cada vez menos seguras. E perguntámo-nos, como sugere Waddell (2006), sobre que segurança estamos a falar: da segurança de quem, a que custos, em relação a que ameaças, de que modo e a que prazo?

Eunice Castro Seixas

Doutoranda do Programa do CES/FEUC, “Pós-Colonialismo e Cidadania Global”. Os seus interesses de investigação centram-se sobre a ajuda humanitária/ao desenvolvimento nas periferias do sistema internacional.

Referências:

- Agamben, Giorgio (1995/1997), *Homo Sacer: le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil, trad. Marilène Raiola.
- Bergman Rosamond, A. and Moore, T. (2008), "Middle Powers, Securitisation and Gendering of Foreign Policy" Paper, ISA's 49th Annual Convention, *Bridging Multiple Divides*, http://www.allacademic.com/meta/p252199_in_dex.html.
- Chandler, David (2006), *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. London: Pluto Press.
- Duffield, Mark. (2007), *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.
- Duffield, Mark (2004), “Carry on killing: Global governance, humanitarianism and terror”, in *Regional Histories of Security and Violence*. DIIS, Copenhagen Press.
- Duffield, Mark; Waddell, Nicholas (2006), “Securing Humans in a dangerous world”, *International Politics*, 43(1), 1-23.
- Flores, Joaquín Herrera (2006), “Colonialismo y violencia. Bases para una reflexión pos-colonial desde los derechos humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 21-40.
- Kaldor, Mary (2001), *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. New edition with new foreword, Polity Press/Stanford University Press.
- Oberleitner, Gerd (2005), “Human Security: A Challenge to International Law?”, *Global Governance*, 11,185-203.
- Paris, Roland (2001), “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?”, *International Security*, Vol. 26(2), http://mitpress.mit.edu/journals/pdf/isec_26_02_87_0.pdf.
- Prezelj, Iztok (2008), Challenges in Conceptualizing and Providing Human Security. *HUMSEC Journal*, 2 www.humsec.eu/cms/fileadmin/user_upload/humsec/Journal/Prezelj.pdf.
- Waddell, Nicholas (2006), “Ties that bind: DfID and the emerging security and development agenda”, *Conflict, Security & Development* 6(4), 531-55.
- Waeber, Ole (2004), “Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New 'Schools', in Security Theory and their Origins between Core and Periphery”, *International Studies Association*, Montreal, 17-20 de Março.
- Smith, Steve (2002), “The concept of Security in a Globalizing World”, *37th University of Otago Foreign Policy School*.
- UNDP (1994), Human Development Report, Novalorque: United Nations Development Programme/ Oxford University Press, <http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/>.

Estudos sobre
a P@X

Guiné-Bissau: é suficiente reformar a segurança?

As eleições recentes na Guiné-Bissau foram consideradas um sucesso, um exemplo para outros países, pela forma pacífica como decorreram. No entanto, aos festejos do partido vencedor, sucedeu-se uma noite de acontecimentos inquietantes para populações que viveram recentemente uma guerra e golpes de Estado[1].

Apesar das muitas incertezas sobre os reais acontecimentos da madrugada de 23 de Novembro, não restam dúvidas quanto aos seus efeitos sociais, o medo, a descrença, a revolta, provocadas por um sinal enviado que parece advertir: “não tenham esperança, nada vai mudar”. Se a população da Guiné-Bissau quisesse a guerra, não faltariam motivos de rebelião ou revolta: com funcionários públicos há cinco meses sem salário é de estranhar que não exista uma única revolta ou protesto violentos. Em qualquer outra parte do mundo, com certeza a situação não seria tão pacífica. Mas os guineenses já não esperam nada ou muito pouca coisa dos seus governantes e dos seus militares. Sabem que a guerra também não resolve o impasse a que o país sobrevive desde 1998. Com maior ou menor credibilidade, as ameaças de instabilidade impedem a concretização de outros projectos que não sejam a manipulação do poder e dos seus ganhos paralelos.

À primeira vista estes acontecimentos vêm reforçar as certezas da comunidade internacional na Guiné-Bissau quanto à necessidade de dar prioridade à Reforma do Sector de Defesa e Segurança, incluindo-a como meio de luta contra o tráfico internacional de droga. Tem-se vincado a ideia da responsabilidade de reconstruir[2] mas é necessário questionar as formas de implementação que esta responsabilidade assume.

A centralidade desta reforma deve-se ao peso dos militares na história da Guiné-Bissau independente. Desde a aura de autoridade e legitimidade conferida aos ex-combatentes pela independência, os militares assumem assim uma importância fulcral para o entendimento das evoluções políticas e económicas do país. Segundo Koudawo (2001: 210), depois da guerra de 98, existiria uma dupla dívida aos militares (depois da luta

pela independência), no entanto não fica claro como separar a noção de dívida histórica da noção de chantagem pela história. Desde a independência os militares mantiveram um peso, considerado excessivo, na condução das políticas do Estado, mais pela ameaça permanente do que pela afirmação de outra agenda, peso acentuado a partir do golpe militar de 1980. Certo é que, a partir desse momento, as tensões dentro do poder militar como político foram marcando determinantemente o rumo dos cenários de estabilidade e instabilidade no país, tensões acentuadas pela manipulação política de rivalidades entre grupos, nomeadamente de cariz étnico.

Com um aparelho de Estado em decadência e face à falta de formação e profissionalização das forças de segurança, o rácio de militares por 1000 habitantes revela-se bastante superior ao da sub-região – 2.73 e 1.23 respectivamente – e a sua pirâmide invertida – 41,9% dos militares são oficiais (PBC, 2008: 2). Acresce a esta medida desproporcionada, a cada vez pior imagem social e o sentimento de desconfiança quase generalizado da população face aos militares, que a associação ao tráfico de droga veio piorar. Apesar disso, a instituição militar pode ainda exercer alguma atracção sobre os jovens, sobretudo rurais, garantido, mais do que um salário, muitas vezes, uma refeição (mesmo que pobre), alojamento e também estatuto e autoridade.

Na realidade, após o conflito de 1998-99, perdeu-se uma oportunidade de desmobilização efectiva mas também de garantir um programa que criasse oportunidades de emprego intensivo, tendo sido levado a cabo um programa de desmobilização[3] baseado na atribuição de pequenos subsídios para formação ou criação de pequeno negócio na área comercial ou agrícola, sobretudo, com resultados pouco brilhantes em termos de reintegração[4] já que esta exigiria uma estratégia de desenvolvimento nacional. É de salientar, porém, que dada a estrutura da pirâmide se torna mais difícil a reforma, uma vez que os oficiais não se contentam com qualquer subsídio ou reconversão profissional, visto terem outros benefícios garantidos, bem como estatuto e autoridade.

Estudos sobre
a P@X

O programa não teve, além disso, componente de desarmamento, o que pode vir a revelar-se preocupante devido à dispersão destas armas para uso criminal.

Se a necessidade de uma reforma do sector segurança e defesa[5] é consensual, no âmbito nacional como internacional, as divergências começam quando se reflecte sobre, por um lado, a capacidade e possibilidade de realizá-la, por outro, sobre a vontade política real de alguns grupos de levá-la a cabo. Se alguns acreditam ser possível concretizá-la, mas apenas se houver recursos suficientes para isso, outros questionam a possibilidade desta vir a ter consequências profundas, visto que dificilmente atrairá algumas das lideranças militares ou oferecerá alternativa para os recursos que algumas chefias conseguem através da corrupção e do crescente tráfico de droga.

A capacidade das autoridades locais levarem a cabo esta reforma com o apoio internacional, nomeadamente da Missão da União Europeia, já iniciada, depende, porém, de factores que vão para além da habilidade operacional, e que se prendem com os fundamentos e os princípios que presidem a uma actuação de “consolidação da paz”. Há, pelo menos, quatro factores que podemos identificar. Primeiro, a capacidade de aliar à reforma, a memória do passado e a justiça e a forma como a impunidade pode afectar a normalização da violência no tecido social. Em segundo lugar, a crescente despolitização das análises e intervenções pós-conflito, veiculada pela assumpção que vê os militares como a única fonte de instabilidade e insegurança e um problema que pode ser resolvido com esforços técnicos e capacitação. Sem analisar a questão da legitimidade do poder, as redes informais que determinam a direcção da governação e da desgovernação nunca se alterarão as políticas do Estado ou as estruturas de poder. Em terceiro lugar, sendo a principal preocupação da comunidade internacional garantir primeiro a sua própria segurança, face aos fluxos de pessoas e de droga, pode significar que fica fora da preocupação a segurança daqueles e daquelas que não se movem, a segurança da população

guineense. Esta não é apenas ameaçada por eventuais revoltas militares mas também pelos efeitos de *spill over* interno provocados pelas economias ilícitas e a falta de alternativas, que podem passar pela disseminação e legitimação da violência e das actividades ilegais ao nível social.

Este último factor é particularmente relevante uma vez que leva a questionar: reforma-se então a segurança “de quem”?

Na Guiné-Bissau a sobrevivência é questionada cada dia, a economia informal é quase o único garante da mesma e a emigração a única forma de escapar à deterioração das condições de vida, ao aumento da vulnerabilidade a choques externos, ao não pagamento de salários, à diminuição do emprego formal, dos recursos e estatuto a ele associados, à dependência das remessas de emigrantes[6] e redes sociais de apoio, e à ausência de políticas públicas ou estratégias de desenvolvimento, incluindo emprego e justiça, a longo prazo. Se a esta receita juntarmos a permanente desconfiança dos cidadãos perante autoridades de vários tipos e ainda a impunidade, o resultado é, e tem sido, a prevalência de estratégias de sobrevivência privadas e comunitárias, por contraponto ao Estado ou em interconexão com ele, quer ao nível económico (economia informal e paralela), quer ao nível da justiça e segurança (justiça “tradicional”, magia ou milícias de bairro).

Podemos, então, questionar, quais os resultados a que as novas formas de fuga e de sobrevivência podem induzir. A introdução do tráfico internacional de cocaína pode levar ao aumento das desigualdades e à elevação dos standards de consumo e à criação de um mercado interno, ainda que pequeno, através de drogas de mais fácil acesso e mais destrutivas. Como consequências possíveis pode assistir-se a uma normalização e aceitação social do tráfico e da violência associada, como forma de sobrevivência, como acontecia antes com o exército, ou com a função pública e, ainda, a um provável aumento da criminalidade e violência social.

Que tipo de desafios este cenário coloca a uma reforma do sector de segurança e defesa?

Estudos sobre
a P@X

O primeiro desafio está relacionado com as expectativas associadas à reforma. Não se pode esperar que esta resolva todos os problemas do país. A reforma não funciona sem condições económicas e sociais que a sustentem e isso passa pelo apoio político real mas também por mudanças de curto prazo na governação pública que permitam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida. A mudança institucional e burocrática não trará por si só mudanças nas estruturas de poder.

O segundo desafio, consiste em olhar para além dos militares, ensaiando uma abordagem que abranja toda a comunidade/sociedade. Isto porque o risco de enviar uma má mensagem – a de que beneficia de apoios quem recorre à violência – e não ser capaz de evitar transferência da violência para outros níveis e actores é demasiado sério para não ser tido em conta. É necessário pensar nos benefícios para toda a comunidade/sociedade e não só para os que recorrem a violência. É preciso, particularmente, olhar para os jovens, não como grupo específico e à parte, mas como parte integrante da sociedade, sem oportunidades nem capacidade de alterar os tipos de governação levados a cabo até agora

Por último, é preciso olhar melhor para os militares e as forças de segurança, em geral. É necessário conhecer melhor, na sua diversidade, as motivações, as expectativas e a caracterização dos mesmos, nomeadamente, incluindo uma dimensão de género e de análise das funções económicas, sociais e simbólicas associadas ao desempenho destas forças. Sabemos que não é com projectos de micro-crédito que se resolve problema da auto-estima, da autoridade e do exercício do poder atribuído pelo estatuto. Precisamos saber até que ponto o exercício arbitrário da violência provém de comportamentos violentos aprovados pela sociedade em outros contextos, como o espaço privado.

Por tudo isto, a ideia de uma intervenção sequencial em que a reforma do sector da segurança é a condição *sine qua non* para tudo o resto – leia-se, desenvolvimento – se mostra cada vez mais ultrapassada e

hipoteca o potencial de uma abordagem complexa e multidimensional das causas fundamentais da insegurança.

Sílvia Roque, NEP/CES

[1] Assalto armado à casa do Presidente Nino Vieira com motivações e causas ainda por esclarecer.

[2] ISIS Europe <http://www.isis-europe.org/>

[3] Liderado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

[4] Ver Rapport Final de la Mission de Suivi, Evaluation et Orientation du Programme de Démobilisation, Réinsertion et Réintégration des Ex-combattants (PDRRI), Dezembro, 2004.

Estudos sobre
a P@X

No sótão do NEP

Publicações NEP

Freire, Maria Raquel; Cravo, Teresa; Leitão, Augusto R.; Mendes, Carmen (2008), "Председательство Португалии в Европейском союзе: шаг вперед или отражение тупика? (A Presidência Portuguesa da União Europeia: Um Passo em Frente ou o Reflexo de um Impasse?)", *Европа (Europa)*, 8, 1(26), 7-34.

Freire, Maria Raquel; Mendes, Carmen (2008), "A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central", *Geopolítica*, 1, 2, 207-235.

Freire, Maria Raquel; Simão, Licínia (2008), "Política Europeia de Vizinhança para o Cáucaso do Sul: Interesses Competitivos e Oportunidades de Cooperação", *Nação e Defesa*, 119, 141-166.

Freire, Maria Raquel (2008), "The European Security and Defence Policy: History, Structures and Capabilities", in Michael Merlingen and Rasa Ostrauskaite (org.), *The European Security and Defence Policy: An Implementation Perspective*. London: Routledge.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2008) "Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 13-29.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte; Nascimento, Daniela (2008), "The Securitization of Environmental Policies: Grasping the Nexus? The Darfur Case", *The Bologna Center Journal of International Affairs*, Special Issue on the Environment, 93-105.

Lopes, Paula Duarte (2008), "Water With Borders: the Institutional Postponement of International Water Trade", in International Studies Association (org.): ISA.

Lopes, Paula Duarte; Freire, Maria Raquel (2008), "Rethinking Peace and Violence", in World International Studies Consortium (org.): WISC-ISA.

Nascimento, Daniela, recensão dos livros *Conflict Prevention in Practice: Essays in Honour of Jim Sutterlin* (B. G. Ramcharan) e *International Peacekeeping: The Yearbook of International Peace Operations* (Harvey Langholtz, Boris Kondoch and Alan Wells), *Journal of Intervention and Statebuilding*, Vol.2, Issue 2, Junho 2008.

Núcleo de Estudos para a Paz (2008), *Mulheres e Violências. A invisibilidade feminina em contexto de violência armada*, Lisboa: Instituto Marquês Valle Flor

Moura, Tatiana; Roque, Sílvia; Santos, Rita (2008), "SCR 1325 National Plans: some perspectives", *Women At Work, Preventing Gun Violence*, 16.

Pureza, José Manuel (2008), "O que os jovens sabem e não sabem sobre direitos humanos", in Cunha, T. E Silvestre, S. (orgs.), *Somos diferentes, somos iguais. Diversidade, Cidadania e Educação*. Granja do Ulmeiro, AJP.

Santos, Rita (2008), *Um espelho embaciado. Mulheres e violências na imprensa diária portuguesa e brasileira*, Lisboa: Instituto Marquês Valle Flor.

JUNHO

Katia Cardoso apresentou a comunicação "**Violência grupal urbana em Cabo Verde: um exemplo de globalismo localizado?**", Workshop Pré-colóquio. Caminhos de futuro. Novos mapas das Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos Sociais, 18 de Junho de 2008.

JULHO

NEP/CES e CESeC (Rio de Janeiro, Brasil) realizaram o **II módulo do curso de Promotoras Legais Populares para familiares de vítimas de violência armada**, Rio de Janeiro, Julho a Setembro de 2008.

Sílvia Roque apresentou a comunicação "**La medición de la seguridad humana. El caso de Guinea-Bissau**", seminário "Seguridad Humana: Fundamentos Teóricos y Aplicaciones", Bilbao, 30 de Junho a 1 de Julho de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Democracia limitada y paz liberal: anotaciones sobre el 'totus orbis' en tiempo de globalización liberal**", VII Encuentro Salamanca "La calidad de la democracia: las democracias del siglo XXI", Fundación Sistema, Salamanca, 4 de Julho de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Human security: new news, old news, good news?**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 7 de Julho de 2008.

Maria Raquel Freire e Paula Lopes apresentaram a comunicação "**Rethinking Peace and Violence**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 7 de Julho de 2008.

José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Rita Santos, juntamente com os parceiros da FRIDE e o consultor David Sogge, organizaram a reunião de apresentação de conclusões pré-finais do projecto "**A Cooperação Portuguesa e o Reforço da Segurança Humana em Estados Institucionalmente frágeis**", dirigida aos funcionários do IPAD e de outros ministérios, Fundação Cidade de Lisboa, Lisboa, 8 de Julho de 2008.

Tatiana Moura apresentou a comunicação "**(In)visibilities of armed violence. The case of Rio de Janeiro**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

Rita Santos apresentou a comunicação "**Surviving violence in Rio de Janeiro. The case of the relatives of victims of armed violence**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

Sílvia Roque apresentou a comunicação "**Trajectories of violence in El Salvador**", EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

Katia Cardoso apresentou a comunicação "**Urban violence: the case of Cape Verde**", no EDEN Intensive Program, HumanitarianNet, Coimbra, 10 de Julho de 2008.

Rita Santos participou na **Terceira Reunião Bienal de Estados sobre a aplicação do programa de acção das Nações Unidas sobre armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas** enquanto membro da rede IANSA, Nova Iorque, 14-18 de Julho de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Global liberal peace and local autonomy of decision. The case of East Timor**”, Conferência Global da International Peace Research Association, Leuven, 18 de Julho de 2008.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**The denial of economic and social rights as a cause of conflict in divided societies**”, Second Global International Studies Conference, Ljubljana, 26 de Julho de 2008.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Humanitarianism and the ‘war on terrorism’: dilemmas and opportunities**”, Second Global International Studies Conference, Ljubljana, 23 de Julho de 2008.

Maria Raquel Freire e Carmen Mendes apresentaram a comunicação “**Realpolitik dynamics and image construction in the Russia-China relationship: forging a strategic partnership?**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

Maria Raquel Freire e Paula Lopes apresentaram a comunicação “**Rethinking Peace and Violence**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**The EU-Russia Partnership**”, Second Global International Studies Conference, World International Studies Committee (WISC), Ljubljana, Eslovénia, 23-26 de Julho de 2008.

AGOSTO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Russian Politics towards Central Asia: Supporting, Balancing, Coercing or Imposing?**”, Central Eurasian Studies Society Regional Conference (CESS), Issyk-Kul, Quirguistão, 4-7 de Agosto de 2008.

O documentário “**Uma mãe como eu**”, produto da parceria entre o **NEP/CES**, o **Instituto Marques de Valle Flor** (Lisboa) e o **Cinema Nosso** (Rio de Janeiro), foi distinguido com prémio “Curta o Curta” no Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, São Paulo, 22 de Agosto de 2008.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Understanding conflict beyond ethnicity and religion: the denial of economic and social rights as a cause of conflict in Sudan**”, Graduate Conference, European Consortium for Political Research (ECPR), Barcelona, 26 de Agosto de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Las operaciones de paz de segunda generacion y el proyecto de paz liberal: los casos de Mozambique y Timor-Leste**”, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Buenos Aires, 28 de Agosto de 2008.

SETEMBRO

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Somewhere under the rainbow: human security, public security and liberal peace**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em Debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 de Setembro de 2008.

Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes apresentaram a comunicação "**Peacekeeping Missions: Keeping What Peace?**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em Debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2-4 de Setembro de 2008.

Tatiana Moura apresentou a comunicação "**Inseguranças da guerra e da paz: continuuuns, espirais e identidades**", Seminário Internacional "Segurança e Insegurança em debate", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2-4 de Setembro de 2008.

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação "**Água e violência**", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 8-11 de Setembro de 2008.

Tatiana Moura apresentou a comunicação "**Regimes de Não Proliferação de Armas e o Dilema da Segurança**", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 8-11 de Setembro de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Segurança humana, segurança pública e paz liberal**", painel "Conexões: segurança pública e segurança internacional", Seminário Internacional "Os conflitos internacionais em suas múltiplas dimensões", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 9 de Setembro de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais**", Seminário Internacional "Representações da Violência", Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 19 de Setembro de 2008.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação "**As políticas russas para o Médio Oriente**", IDN-Grupo de Estudos do Médio Oriente, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 25 de Setembro de 2008.

OUTUBRO

Maria Raquel Freire e Licinia Simão apresentaram a comunicação "**Post-Soviet Transition in the South Caucasus: One Step Forward, Two Steps Back**", "Lisbon Research Seminar South European Democracies: Legacies of the Past and International Constraints", Lisboa, 16-18 de Outubro de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Sentido e importância dos direitos humanos no nosso tempo**", II Jornadas de Direito e Cidadania, Assembleia Legislativa de Macau, Macau, 20 de Outubro de 2008.

O **NEP/CES** organizou o Seminário Internacional "**Violência e Armas Ligeiras: Um Retrato Português**", Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 30 e 31 de Outubro de 2008.

Tatiana Moura apresentou o Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA), Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 31 de Outubro de 2008.

NOVEMBRO

Sílvia Roque participou no encontro “**ISIS European Security Contact Group Meeting Guinea-Bissau: Responsibility to Rebuild**” com uma intervenção sobre a Reforma do Sector da Segurança na Guiné-Bissau, Bruxelas, 4 de Novembro de 2008.

Teresa Cravo participou na **Missão Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** à Guiné-Bissau como observadora, por ocasião das eleições legislativas no país, Bissau, 9 - 22 de Novembro de 2008.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Refugiados: protecção internacional e segurança**”, VIII Congresso do Conselho Português para os Refugiados, Lisboa, 26 de Novembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**A cegueira cívica: direitos humanos e segurança no início do século XXI**”, colóquio Internacional “Desafios aos direitos humanos e à justiça global”, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 27 de Novembro de 2008.

Sílvia Roque coordenou o curso de formação “**Jovens e Violência: Factores e Respostas**”, INEP, Bissau, 29 e 30 de Novembro de 2008.

DEZEMBRO

Sílvia Roque e **Katia Cardoso** apresentaram a comunicação “**Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia**”, 12ª Assembleia Geral do CODESRIA, Yaoundé, Camarões, 7 a 11 de Dezembro de 2008.

Sílvia Roque leccionou a aula “**Reconstrução pós-bélica. O caso de Guiné-Bissau**” no Curso de Estado Maior Conjunto no Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 16 de Dezembro de 2008.

PROJECTOS NEP

DEZEMBRO

Conclusão do projecto A cooperação portuguesa e o reforço da segurança humana em Estados institucionalmente frágeis, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.